

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE URUAÇU**

Lindiana Rocha Lima

**O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NAS OBRAS DE
JANAÍNA AMADO E PAULO RIBEIRO CUNHA ACERCA
DO CONFLITO DE TROMBAS E FORMOSO**

URUAÇU/GO
2010

LINDIANA ROCHA LIMA

**O CONCEITO DE EXPERIÊNCIA NAS OBRAS DE
JANAÍNA AMADO E PAULO RIBEIRO CUNHA ACERCA
DO CONFLITO DE TROMBAS E FORMOSO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Estadual de Goiás UnU – Uruaçu, como
requisito avaliativo do curso de história, sob a
orientação da professora Flávia Pereira Machado.

URUAÇU/GO
2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIAS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE URUAÇU**

Folha de Avaliação

Tema: O Conceito de Experiência nas Obras de Janaína Amado e Paulo Ribeiro Cunha
Acerca do Conflito de Trombas e Formoso

Acadêmica: Lindiana Rocha Lima

Monografia apresentada no dia: ____/____/____ e aprovada pela banca examinadora formada pelos seguintes professores:

Flávia Pereira Machado – Prof^a Orientadora

Prof. Convidado

Prof. Convidado

Agradeço

A meus pais, Manoel e Maria que muito me incentivaram nessa caminhada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPITULO I	
O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS E A DISPUTA PELA TERRA.....	9
1.1 Os Caminhos do Conflito de Trombas e Formoso: A luta pela posse da terra.....	9
1.2 Trombas e Formoso: A narrativa sobre o conflito.....	
CAPITULO II	
A PRÁTICA HISTÓRICA E O CONHECIMENTO.....	17
2.1 A Experiência, o Ser Social e a Consciência Histórica.....	22
2.2 A Historiografia sobre Trombas e Formoso: Janaina Amado e Paulo Cunha.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41
ANEXOS	43

INTRODUÇÃO

A elaboração da história perpassa o entendimento da realidade histórica, estimulando a reflexão sobre o processo histórico e sobre a formação social, esta reflexão nos permite a apreensão da dimensão da dinâmica social e do desdobramento de diferentes espaços históricos, espaços estes que são elaborados através da investigação dessa dinâmica social e suas ligações com o passado de forma a compreender parte do processo histórico.

Atualmente esta realidade tem sido objeto de inúmeras reflexões por parte dos teóricos da história, a preocupação mais constante tem sido a de fazer uma reconstituição analítica sobre essas produções historiográficas e verificar o processo de produção em que se constituíram essas obras. Na verdade trata-se mais especificamente de uma análise direcionada para pesquisa das influências teóricas e metodológicas da prática histórica, a exemplo dessa preocupação metodológica temos a análise de dois teóricos, Adam Schaff e Michel D’Certeau, que mesmo tendo diferenças em suas concepções epistemológicas sobre o fazer histórico convergem no ponto em entendem que o processo histórico é mediado pela subjetividade do pesquisador.

Para Adam Schaff (1995) o conhecimento histórico resulta da subjetividade do historiador, por isso a diversidade de interpretações sobre um mesmo evento. O processo histórico seria assim, uma mediação das experiências do pesquisador, um reflexo de sua interpretação, suas concepções políticas, metodológicas e teóricas.

Já para D’Certeau (1982) toda pesquisa histórica se articula dentro de um contexto social, político e econômico e são influenciados por uma teoria e um lugar de produção, e é em função desses elementos que se instauram os métodos e o interesse de pesquisa.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições,

ligadas a privilégios, enraizadas em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesse, que documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam (D'CERTEAU, p.66).

O interesse em desenvolver esse trabalho foi despertado justamente a partir dessas reflexões. Durante minha pesquisa sobre o tema, tive a oportunidade de observar que havia um farto material sobre o movimento de Trombas e Formoso e que cada um desses trabalhos priorizava um aspecto do conflito.

Este tema foi objeto de diferentes estudos por parte de autores como Janaina Amado, Paulo Ribeiro Cunha, Sebastião Abreu, Maria Esperança Carneiro, José Sobrinho, Cláudio Maia e Carlos Leandro da Silva Esteves, tendo uma abordagem diferenciada por parte de cada um desses escritores, este fato suscitou o interesse em entender os elementos que permeiam a formação do pensamento histórico e como se articula ao processo da escrita.

Foi a partir destas formulações que se direcionou esta pesquisa, tendo como objetivo compreender o processo de elaboração da prática escrita, e analisar a forma como cada autor representa o movimento e a singularidade dessas representações. Dessa forma, nossa abordagem será direcionada para a análise dos trabalhos dos autores, Janaina Amado com o texto “Eu quero ser uma pessoa” (1993) e Paulo Ribeiro Cunha com a obra “Aconteceu longe demais” (2007).

Esses dois textos se situam em campos opostos no tratamento dado ao conflito, Janaina Amado tem como objetivo analisar as motivações da migração camponesa para o estado de Goiás, já Paulo Ribeiro Cunha trabalha o conflito a partir da ótica do Partido Comunista, de forma que a escolha desses dois trabalhos não se deu de forma aleatória, ela se justifica por serem estas duas obras, um exemplo de como um mesmo tema pode ser abordado a partir de diferentes visões.

O conflito será aqui analisado, por meio de um debate historiográfico entre os autores Janaina Amado e Paulo Ribeiro Cunha, tendo como referencial teórico o conceito de experiência trabalhado por Edward P. Thompson.

Thompson elabora seu pensamento através do conceito de experiência, que segundo ele seria o ponto de mediação entre a realidade vivida e a prática escrita, a experiência seria responsável pelo sentido atribuído à narrativa histórica, e a partir da qual,

determinaria toda a dinâmica do processo histórico. Ainda, segundo Thompson, a interpretação que cada historiador dá ao evento, advém de sua consciência histórica, isto é, do resultado de sua vida prática em conexão a um mundo social. Assim, quando os pesquisadores colocam diferentes aspectos de uma realidade, não há nenhum prejuízo para a evidência histórica, pois, não altera sua existência real, mas sim demonstra o constante desenvolvimento da produção histórica, e as constantes modificações a que esta está sujeita (MORAES & MULLER, 2003).

Ainda segundo Thompson, as diversas interpretações realizadas sobre o conflito, seriam resultado da representação elaborada pelos pesquisadores, e é determinada pela estrutura social em que este inserido. Desta forma, a compreensão do processo histórico estaria organizada em torno de interesses de classe, e a historiografia seria o espaço de reprodução desses valores.

Portanto, nossa abordagem do conflito será realizada através de uma revisão historiográfica, tendo como objeto de análise a consciência de classe na elaboração da prática escrita acerca do conflito de Trombas e Formoso. O conflito será analisado a partir dos aspectos diferenciados em que cada autor aborda uma realidade elaborada através de seus respectivos valores e idéias.

A problemática aqui levantada será respondida através da análise historiográfica de Janaina Amado e Paulo Ribeiro Cunha tendo como eixo fundamental entender a prática escrita desses dois autores dentro dos procedimentos de análise propostos por D’Certeau, em que a narrativa seria gestada a partir de um discurso produzido de um lugar social e dotado de intencionalidade.

Na análise metodológica, procurei fundamentar minha pesquisa através do método hermenêutico de pesquisa aos textos historiográficos, nesse procedimento será realizada uma crítica e interpretação das fontes, procurando compreender o significado, o contexto e as referências contidas nas fontes historiográficas, (MARTINS, 2002).

Esta monografia será dividida em dois capítulos. No primeiro capítulo será realizada uma contextualização do processo histórico em que se desenvolveu o conflito de Trombas e Formoso. Priorizando todo o desenvolvimento da região goiana e tendo como eixo o desenvolvimento do transporte ferroviário e rodoviário que vinculou a região goiana ao mercado consumidor do sudeste e introduziu Goiás na dinâmica capitalista, porém direcionando o desenvolvimento do texto para o conflito de Trombas e Formoso.

O conflito teve seu desenvolvimento nos anos de 1950, dentro do projeto de expansão agrícola e ocupação dos espaços regionais organizado pelo governo Vargas. Uma grande quantidade de pessoas foram atraídas para Goiás em busca das terras oferecidas pelo governo, como nem todos conseguiram o benefício, houve um processo de migração para o norte goiano, onde havia uma grande quantidade de terras devolutas, e ali eles se instalaram. Nos anos 50, a construção da Belém-Brasília trouxe a valorização da região o que despertou a ambição de grileiros e deu início ao conflito (Cunha, 2007).

No segundo capítulo pretendemos realizar uma análise historiográfica sobre o conflito, tendo como objeto de pesquisa os textos de Janaina Amado “Eu quero ser uma pessoa” (1993) e Paulo Ribeiro Cunha, “Aconteceu longe demais” (2007), tendo como elemento de reflexão o discurso de cada autor sobre o conflito.

CAPÍTULO I

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS E A DISPUTA PELA TERRA

1.1 Os Caminhos do Conflito de Trombas e Formoso: A luta pela posse da terra

A análise do conflito de Trombas e Formoso ocorrido em 1950, passa necessariamente pela compreensão do cenário histórico em que o mesmo está inserido. A luta dos posseiros se configurou dentro do processo de expansão capitalista iniciado nos anos de 1930, e foi impulsionado pela política de ocupação e de povoamento do meio-oeste goiano. Essa política implantada pelos governos estadual e federal desempenhou um importante papel no processo de ocupação do espaço regional, e criou condições que favoreceram a expansão da fronteira agrícola inserindo a região goiana dentro do projeto de desenvolvimento nacional.

Historicamente o desenvolvimento econômico que se configurou em Goiás, a partir do final do século XIX para o século XX, pode ser analisado em dois momentos distintos; a primeira fase corresponde à chegada da ferrovia no final do século XIX, efetivado dentro do projeto político de fortalecimento da economia nacional, e a segunda fase terá início com o projeto da “Marcha para o Oeste” proposto por Getúlio Vargas por volta de 1940.

Na primeira fase, o projeto de desenvolvimento foi formulado de forma a promover o desenvolvimento econômico da região goiana, que foi amplamente analisado pela historiografia, como uma situação de isolamento, atraso e decadência¹, e dentre os

¹ Segundo Chaul (2002) o conceito de atraso e decadência é uma referência ao período de declínio da mineração no século XVIII. Com o fim do período aurífero houve uma fase de estagnação econômica seguida de um processo de ruralização, em que a sociedade se deslocou para o campo. Porém, este é um conceito que carece de uma reflexão mais aprofundada sobre as condições em que estes foram formulados, pois eles são fruto das representações recuperadas dos relatos dos viajantes europeus pelos historiadores contemporâneos que estudaram a história goiana, aqui se faz necessário uma avaliação sobre o olhar negativo desses viajantes, cujo relatos são construídos tendo como referencial o ideal de civilização europeu e que por isso o estranhamento diante do quadro de crise da região.

argumentos mais utilizados para justificar esse quadro de atraso, está a precariedade das estradas, o que, de acordo com Chaul (2002), constituía o principal empecilho para a integração da região goiana a economia nacional.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento do setor industrial do sudeste, foi responsável pela implantação do sistema ferroviário em Goiás, que se desenvolveu impulsionado por esse modelo de desenvolvimento da economia primário-exportador, principalmente do café. A dinamização da economia e da industrialização do centro-sul representou o rompimento do isolamento e do atraso da região goiana, que lentamente começou a se inserir no mercado nacional como produtor de alimentos.

Segundo Chaul, para que a integração da economia regional à economia nacional se efetivasse, urgia a instalação de um transporte que fizesse a ligação do mercado goiano ao centro – sul.

Uma vez que a ocupação e incorporação de novas áreas que se encontravam fora da economia de mercado faz parte da própria estrutura do capitalismo, como fator essencial do processo de reprodução, o próprio capital se encarregou de construir, a partir da segunda década do século, a principal via de transporte para o Estado: a Estrada de Ferro de Goiás. (BORGES, *apud*, CHAUL; 2002 p.128)

Desse modo, a implantação da ferrovia representou a integração do estado de Goiás ao mercado do sudeste, rompendo com o isolamento em que Goiás se encontrava, e introduzindo a economia regional dentro da dinâmica capitalista. Construída na primeira metade do século, a ferrovia “Goiás”² foi a principal via de comunicação a integrar a economia regional a uma economia de mercado. Essa integração econômica se deu dentro do projeto de fortalecimento da economia nacional que tinha como objetivo rearticular as atividades econômicas das regiões brasileiras a uma economia de mercado. Essa rearticulação da economia reestruturou o espaço agrário, definindo a posição de Goiás no cenário nacional como produtor de gêneros agrícolas básicos para o mercado consumidor do sudoeste brasileiro (BORGES, 2000).

11

A princípio, a ferrovia só beneficiou alguns municípios do sul de Goiás com o aumento das relações mercantis, mesmo assim, elas foram sendo construídas, pois representavam o desenvolvimento do setor agrícola e o progresso da economia goiana. Os

² Segundo Borges, inaugurada em 1906, a companhia F. F. Goiás, foi o primeiro meio de transporte ligar de Goiás ao centro-sul do país.

trilhos da estrada de ferro penetraram o território goiano no início da década de 1910, rompendo com o isolamento da região e colocando Goiás em sintonia com os projetos de desenvolvimento do governo federal.

A marcha do café e a ascensão da urbanização e industrialização do centro-sul do país reorientaram e expandiram as bases econômicas de regiões que estavam interligadas ao processo nacional, como foi o caso de Goiás. (CHAUL, 2002, p. 128)

Lentamente o cenário goiano se modificou, houve uma valorização das terras do centro-sul, por causa da marcha do café, o que desencadeou um fluxo migratório em direção ao estado de Goiás em busca de terras baratas para desenvolver a agropecuária. O crescimento da economia fruto da ferrovia atraiu levas e levas de migrantes e deu início ao processo de povoamento do território, que se intensificou a partir de 1930 com o projeto da “Marcha para o oeste” do governo Vargas.

Segundo Borges (2000), a implantação da ferrovia foi um processo demorado, em quase meio século avançou pouco mais de 400 km de trilhos, as dificuldades tinham como causa a mudança da política de transporte no país, a aparente carência de recursos financeiros e os constantes desentendimentos políticos, esses fatores foram um entrave para o bom funcionamento da ferrovia, que aos poucos passou a desempenhar um papel secundário como meio de transporte. Essa situação de conflito estimulou a construção da malha viária, “Fazendeiros e negociantes interessados na melhoria das comunicações regionais, lançaram-se na organização de companhias de autoviação e na construção de estradas de rodagem com o incentivo e apoio financeiro do erário público” (p.53).

Assim, as primeiras estradas de rodagem se desenvolveram pela ação de empresas privadas, formadas por pessoas influentes no meio político, a eles foram dadas concessões de exploração das rodovias que eram construídas com o dinheiro público, cabendo a estas empresas em troca da concessão da exploração do transporte, a responsabilidade pela construção e conservação das estradas, o que não foi cumprido, em razão das dificuldades em se transitar por estas estradas, pois elas tinham sido construídas sem o mínimo planejamento, e muitas, não passavam de trilhas que no período de chuvas alagavam, tornando difícil a manutenção das mesmas. Além desses fatores também contribuíram para

o abandono das estradas o pequeno tráfego, a baixa rentabilidade das rodovias e a constante falta de combustível.

Uma das primeiras empresas rodoviárias a se organizar em Goiás foi a companhia de Autoviação Goyana, concedida ao Sr. Edmundo José de Moraes, em 1917. A empresa recebeu como privilégio o direito de construir e explorar uma estrada de rodagem para o transporte de carga e passageiro (BORGES; 2000 p.53).

Várias outras empresas também receberam autorização semelhante, mas, no entanto não investiram na conservação das estradas, tendo também como razão as dificuldades de se transitar pelas estradas, essa situação perdurou até o final da década de 30. Entre 1930 e 1945, Goiás teve um crescimento dirigido, pelo projeto de modernização adotado pelo governador Pedro Ludovico, que implementou o avanço da fronteira³ agrícola, inserindo o estado na economia de mercado. Uma das medidas adotadas pelo estado foi assumir a responsabilidade pela construção e conservação das principais estradas que compunham as vias de transporte vitais para a economia regional (BORGES, 2000).

O interventor Pedro Ludovico Teixeira deu início, a partir desse período, a um novo projeto de desenvolvimento econômico, em que a integração do território goiano passou a ser prioridade de seu governo. Em 1933, em carta ao governo provisório, o interventor atribuiu à deficiência do setor de transporte, o atraso e a desorganização da economia agrária goiana. Nesse período, tem início a segunda etapa do desenvolvimento da região goiana, numa tentativa de dinamizar a economia nacional, Vargas lança o projeto de interiorização concretizando assim, seu projeto de integração territorial e econômica através da “Marcha para o Oeste” (BORGES, 2000).

A “Marcha para o Oeste” estava vinculada ao projeto de ocupação dos espaços vazios e se organizou com o Plano Rodoviário Nacional, elaborado pelo governo Vargas em 1938, o projeto previa o planejamento e construção de uma rede rodoviária que integraria o território brasileiro de norte a sul. Em Goiás o “tronco rodoviário mais

13

importante no referido plano do governo seria a rodovia “Transbrasiliana” considerada a coluna dorsal do país”.

³ Segundo José de Souza Martins (1997) fronteira é o local onde estão as populações indígenas, sobre cujo território avança a frente de expansão, isto é, a frente de populações não incluída na fronteira econômica.

Planejada para ser o eixo rodoviário do Brasil, a grande rodovia era um projeto ambicioso do Governo Vargas, que se arrastaria por décadas sem ser executado na íntegra. As despesas com as obras de implantação da “transbrasiliana” ficariam a cargo do Tesouro Nacional e do erário dos estados por ela servidos. Os mais de mil quilômetros de estrada que seriam construídos em Goiás, ficariam sob a responsabilidade financeira e técnica do governo estadual. Por falta de recursos financeiros, o projeto rodoviário não foi executado no tempo previsto. Antes da abertura da rodovia Belém-Brasília, no final dos anos 50, apenas alguns trechos da estrada haviam sido construídos no médio-norte do Estado (BORGES; 2000 p.57).

A implantação da rodovia Transbrasiliana teve seu desenvolvimento interrompido pela Segunda Guerra Mundial, o que ocasionou uma paralisação no fornecimento de combustíveis e óleo lubrificantes. E mesmo após o término do conflito e o restabelecimento das importações, o projeto não teve prosseguimento por falta de recursos financeiros do estado de Goiás. Dessa forma, a implantação do projeto rodoviário de Vargas ficou incompleta, somente sendo retomada no governo de Juscelino Kubitschek que “seguindo a tendência política de transportes inaugurada no país a partir de 1930, [...] adotara a solução rodoviária para a integração física do território brasileiro” (BORGES, 2000 p. 59).

A integração do território goiano avançou no governo de Kubitschek que ao subir ao poder (1956- 1961) elaborou o programa de metas em que previa a construção de 12 mil quilômetros de estradas de rodagem, porém a construção de novas estradas demandava grandes investimentos que só seriam justificados se “houvesse outros interesses econômicos e estratégicos envolvidos” (BORGES, 2000, p. 59).

Para isso Kubitschek lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento, ou Plano de Metas. Segundo Luís Sérgio Duarte da Silva (1997, p.61) foi o mais audacioso conjunto de investimentos até então elaborado na economia brasileira, tinha na construção de uma nova capital para o país, o ponto central de seu projeto de cinquenta anos em cinco, integrando a abertura de estradas, o aumento da produção de aço e cimento e a implantação da indústria automobilística. A construção de Brasília seria a legitimação do modelo de desenvolvimento idealizado por Kubitschek.

Assim, a construção de Brasília foi vinculada obras viárias, sendo planejada para ser o ponto central do sistema rodoviário, sua posição privilegiada permitiria a circulação

de mercadorias entre as áreas agrário-extrativas do interior e os centros urbanos-industrializados do sudeste. A Transbrasiliana planejada por Vargas já estava parcialmente construída, com alguns trechos aberto ao tráfego, com a implantação da Belém-Brasília tornou-se o eixo do sistema viário do país. A construção dessas duas obras a Belém-Brasília e a nova capital decorreram da ação política do Presidente Kubistchek, mas a “concretização da obra só foi possível porque o país passava por um acelerado processo de desenvolvimento industrial e a abertura de vias de transporte era fundamental para a ampliação do mercado interno” (BORGES, 2000, p.60).

Em síntese, a estrada de ferro, a construção de Brasília e a rede de estradas de rodagem formaram as vias de penetração da economia de mercado e dos continentes populacionais provenientes do centro-sul, inserindo Goiás ao mercado consumidor. A implantação da ferrovia rompeu com o isolamento geográfico e a situação de subsistência a que estava submetida o estado de Goiás até o começo do século XX. A falta de mercado e a deficiência dos meios de transporte haviam condicionado o desenvolvimento da produção agrária de uma forma desigual, pois o transporte ferroviário somente beneficiou a economia do sul do estado de Goiás, permanecendo a parte norte do estado goiano isolado e pouco povoado até os anos 1960.

Com o projeto de construção de Brasília e a rede de estradas de rodagem, houve um avanço da fronteira agrícola no Centro-Oeste, modificando o cenário político e econômico do país. A construção da nova capital no interior do Brasil seguiu a político-ideológica iniciada no governo Vargas, que visava promover a conquista da fronteira oeste e norte do país, e deu continuidade ao projeto de prolongamento da rodovia ligando o sul e o norte do Brasil. Em Goiás a Transbrasiliana (BR 0-14) já contava com alguns trechos abertos ao tráfego em 1940, porém sem nenhuma perspectiva de alcançar o norte do estado.

Neste período se intensifica a segunda fase da ocupação regional, Vargas por meio do mito da conquista da fronteira, recriou o culto ao espírito bandeirante no processo de desbravamento e ocupação dos sertões. O discurso de Vargas estimulou um movimento migratório rumo aos vazios geográficos do centro do Brasil, atraindo milhares de trabalhadores rurais através de seu programa de ocupação das fronteiras brasileiras (BORGES, 2000).

O programa de ocupação do Governo Vargas previa a implantação de assentamentos rurais em todo território nacional, em 1941 foi implantada primeira colônia agrícola do país, A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG).

Foi uma ação do governo federal e estadual no sentido de promover a ocupação da fronteira no estado. Criada pelo Decreto-lei de 14 de fevereiro de 1941, a CANG ficou sob a orientação e administração da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura (BORGES, 2000, p. 75).

Segundo Sandro Silva (2009) após o decreto, o engenheiro Bernardo Sayão foi nomeado por Getúlio Vargas como responsável pela implantação da Colônia Agrícola em Goiás, iniciou-se, assim o processo de escolha, demarcação e ocupação da área escolhida, o ponto de partida da obra foi à cidade de Anápolis, onde ele iniciou o primeiro trecho da Transbrasiliana em Goiás, aproveitando um trecho já existente entre Anápolis e Jaraguá, ele seguiu em direção ao vale do São Patrício.

A Colônia Agrícola atraiu um grande fluxo de imigrantes que passaram a se dirigir para o território goiano, atraídos pela propaganda oficial do governo Vargas que prometia a doação de lotes a famílias pobres, a busca pela “terra prometida” representava a “grande esperança para a população pobre de várias regiões do país excluída do direito a propriedade da terra” (BORGES, p.76)

De acordo com Sandro Silva (2009) estas famílias de imigrantes era na grande maioria formada por camponeses que vinham principalmente da região de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, e quando chegavam à colônia agrícola eram submetidos ao um rigoroso processo de seleção, e nem todos os que pleiteavam um lote conseguiam. Esse processo de seleção era muito rigoroso nos critérios de escolha dos colonos, que deveriam se enquadrar nas exigências dispostas pelo governo através do decreto lei n. 3059/1941.

Pelo referido decreto, tinha direito os cidadãos brasileiros comprovadamente pobres, e com habilidades agrícolas, com prole numerosa, acima de 18 anos, não proprietários rurais, e com o compromisso de residência nos lotes (Art. 11 e 20). O artigo 24 do referido decreto dispunha das possibilidades do colono perder os lotes doados. Isso poderia acontecer pela falta de cultivo, pela desvalorização dos lotes pelo mau uso da propriedade e ainda pela má conduta do morador, perturbando a ordem da colônia (Sandro Silva, 2009, p. 14).

Até 1940 haviam sido aprovados pela secretaria do Conselho de Imigração e Colonização 1.484 lotes de cerca de 30 hectares cada um ocupando uma área de aproximadamente 44.500 hectares, mas somente um terço da área ocupada era cultivada, o que pode ser explicado pela pouca assistência do governo aos colonos. De acordo com o programa de colonização, os assentados teriam total assistência do governo tanto financeira como técnica, numa forma de modernizar a agricultura, mas ao contrário do que fora prometido, a CANG recebeu pouca assistência do governo e foi praticamente abandonada a própria sorte (BORGES, 2000).

Segundo Fernandes Sobrinho (1997), a Marcha para o Oeste representou novas aberturas de entradas para o norte de Goiás, Mato Grosso e Maranhão; o processo de imigração se intensificou principalmente através da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), já que Goiás naquela época era uma imensidão vazia. As sesmarias registradas durante o ciclo do ouro abrangiam do município de Uruaçu até o rio Santa Tereza, e depois começavam as chamadas terras devolutas, habitadas por um pequeno número de posseiros que viviam da agricultura e da criação de gado, dentro de uma área de mais ou menos 40 mil alqueires de terra. Com a criação da colônia agrícola e da penetração da Belém-Brasília, as levas de migrantes foram chegando e ocupando as terras devolutas.

A legalidade da terra, como propriedade privada em Goiás nesse período, era uma situação rara, por ser uma região de baixa densidade demográfica com grandes quantidades de terras desocupadas, as terras tinham pouco valor monetário, por isso não havia a preocupação em se formalizar sua posse. Na região a propriedade da terra geralmente se dava pela ocupação das terras devolutas, devido à grande quantidade de terras disponíveis, isso não constituía problema (BORGES, 2000).

Para Borges (2000) essa situação se reverteu depois da implantação da rodovia Belém-Brasília, com a melhoria dos transportes e a comunicação, o que trouxe uma valorização das terras, que passaram a ser objeto de disputa. No projeto da ocupação e colonização estava previsto a criação de assentamentos para colonos ao longo da rodovia, no entanto como “não havia uma política de ocupação racional da terra, a disputa do espaço territorial cortado pela estrada, deu-se pela lei do mais forte” (p. 88). Como consequência aumentou o conflito entre posseiros e grileiros, pela posse da terra nos anos que se seguiram à expansão da fronteira.

É neste contexto que se insere o conflito de Trombas e Formoso, a luta dos posseiros teve origem nos fins de 1940, a partir do êxodo de milhares de trabalhadores sem terra, que se dirigira à Colônia Agrícola de Goiás (CANG), atraídos pela promessa de doação de terra realizada pelo governo, mas em razão da impossibilidade de incorporação do grande fluxo de colonos, devido à insuficiência de lotes disponíveis, dezenas de posseiros seguiram para o norte de Goiás onde constava a existência de matas férteis e muita terra devoluta (CUNHA, 2007).

1.2 Trombas e Formoso: A Narrativa Sobre o Conflito

O ano era 1950, quando em Goiás explodiu o que foi segundo Sebastião de Abreu (2002) “a mais consciente, organizada e bem sucedida luta camponesa do Brasil” (p.9), tendo como cenário uma faixa de terras que se estende ao longo da Belém–Brasília. A construção da rodovia valorizou as terras da região o que despertou a cobiça de fazendeiros e comerciantes pelas terras ocupadas pelos posseiros e deu início ao processo de grilagem.

Tudo começou quando um advogado de Goiânia a serviço dos grileiros descobre no Arquivo Público do Estado de Goiás um requerimento de concessão de sesmaria, do ano de 1775 em favor de Caetano Cardoso de Moraes. De posse desse documento os grileiros liderados por João Soares e apoiados pelo Juiz José Veiga Jardim responsável pela comarca de Uruaçu, arquitetaram um plano para tomar as terras de inúmeras famílias de posseiros que viviam naquela área a mais de 50 anos.

Para fazer a grilagem era necessário estabelecer um elo entre o requerente da sesmaria e, Caetano Cardozo de Moraes, e os que então diziam proprietários. Vasculhando nos cartórios, descobriram no município de Pirenópolis uma família de lavradores cujo sobrenome coincidia com o do requerente da sesmaria. Depois de afirmar a alguns surpresos e incrédulos membros dessa família que os mesmos eram donos de umas terras no longínquo município de Amaro Leite, na qualidade de descendentes de Caetano, fácil foi levar os falsos herdeiros ao cartório da cidade, onde os mesmos lhe passaram escrituras de cessão de direitos hereditários em troca de algum dinheiro. Em Uruaçu já na qualidade de cessionários dos “herdeiros” (*grifo do autor*) de Caetano Cardozo de Moraes, requereram o inventário deste, a quem atribuíram supostos filhos, netos e bisneto, até fechar a cadeia sucessória com os falsos herdeiros de Pirenópolis (ABREU, 2002, p.24).

Por meio dos documentos forjados, os grileiros conseguiram reivindicar na justiça a reintegração de posse das terras de Trombas e Formoso, que favorecidos por pessoas influentes no meio político e jurídico, conseguiram em tempo recorde uma liminar de reintegração das terras contra os posseiros. Nesse aspecto Paulo Cunha (2007), aponta que foi devido ao favorecimento e conivência do Juiz de Uruaçu que o processo correu a tempo recorde e sem o conhecimento dos principais interessados que eram os posseiros. Estes só se interaram do processo, quando o oficial de justiça, policiais e jagunços bateram a suas portas, com uma ordem de despejo.

O primeiro posseiro a organizar a resistência aos grileiros foi José Firmino, o que segundo Paulo Cunha, se deu pelo fato de que o processo de expulsão do posseiro ter se iniciado pela posse deste, em sua ação de resistência ele consegue chamar a atenção da imprensa e do partido comunista que em 1953 manda Geraldo Tibúrcio a seu encontro para avaliar as reais condições de luta dos posseiros. Mas esta informação merece ser ponderada, pois é objeto de contradição em outros estudos realizados sobre o conflito.

Esse ponto de vista é apresentado por Cláudio Maia em sua tese “Os donos da Terra” (2008) segundo Maia, a liderança de José Firmino aparece nas fontes sobre o conflito de forma bastante contraditória, o que levou a historiografia a questionar os relatos sobre sua liderança dentro do movimento, mais ainda segundo Maia, mesmo que José Firmino não seja confirmado como liderança principal nesta fase da luta, sua presença na região como líder de um grupo de posseiros não pode ser negada.

No relato de Cunha (2007) depois do encontro com José Firmino a Direção Nacional do Partido designou José Ribeiro e Dirce Machado para que preparassem os posseiros para a luta, porém em seu retorno eles se interam da desistência daquele que até então fora o líder da resistência dos posseiros. José Firmino após ser preso e torturado inúmeras vezes, optou por vender sua posse e partir com sua família, em seu lugar José Porfírio assumiu a liderança.

Paulo Cunha se apropria da divisão realizada por Maria Esperança Carneiro, e divide o conflito em duas fases; a primeira fase que vai de 1950 a 1954 é definida como período da Legalidade, em que os posseiros apesar da violência dos grileiros e jagunços tentaram resolver tudo pelos meios legais.

Nesse primeiro momento José Porfírio tentou resolver o problema de forma pacífica, em Goiânia ele consegue “os título provisórios de posse e a confirmação que as

terras eram devolutas, e a promessa do governador de terem garantias quanto aos direitos dos camponeses” (CUNHA, 2007, p.172). De retorno a Uruaçu, ele tenta fazer o registro de posse das terras, mas é impedido, sendo o processo de registro suspenso, o motivo segundo Cunha se deve ao fato de haver uma rede de conivência entre as autoridades locais e os fazendeiros.

Numa última tentativa de solucionar a questão pelas vias legais, José Porfírio retorna a Goiânia para uma audiência com o procurador do estado, em conversa particular, este lhe faz a seguinte indagação “Tem grota na região? Pode haver processo para um, dois ou três, mas não tem processo para quinhentas pessoas, nem crime, nem cadeia” (CUNHA, 2007, p. 173).

Na volta da viagem a Goiânia, José Firmino encontra sua posse queimada, em virtude desse aborrecimento sua mulher acabou falecendo pouco tempo depois, isso aliado a impossibilidade de se resolver o problema com os grileiros de forma pacífica, resultou segundo Cunha (2007), no equacionamento dessa fase da luta. Esses acontecimentos coincidiram com a chegada dos primeiros membros do partido comunista a região de Formoso, o que na visão do autor, significou uma nova fase de articulação da luta, passando o conflito a ser direcionado pela ação política do Partido Comunista.

O encontro de José Porfírio e os membros do Partido redefiniram os rumos do conflito, diante de uma possível ofensiva policial, novos elementos foram incorporados ao movimento que passou a se organizar para uma resistência armada. De acordo com Paulo Cunha (2007), o estopim para investida da polícia, ocorreu nas terras de Nego Carreiro, segundo relato de Cunha “O grileiro João Soares, seus jagunços e a polícia foram cobrar a taxa de arrendo e expulsar os posseiros do local” (p.178), houve resistência por parte de Nego Carreiro que terminou em tiroteio, que vitimou um sargento e feriu um soldado.

Assim, segundo Cunha (2007) começou a segunda fase do conflito, tendo de um lado posseiros e militantes do partido e do outro a polícia, o conflito assume então, outra direção, podendo ser compreendida a partir desse momento pela ação organizada do Partido comunista

A análise aqui apresentada sobre o conflito e formulada a partir das reflexões das narrativas dos autores Paulo Ribeiro Cunha (2007) e Sebastião de Abreu (2002), e deve ser analisada com cuidado, uma vez que a linha de interpretação sobre o conflito é delimitada

pela perspectiva política desses dois autores, ambos são militantes do partido comunista, o que de certa forma direciona seu trabalho para a atuação do partido.

Apesar desse ponto em comum, eles divergem em alguns aspectos da narrativa sobre o conflito, Abreu (2002) divisa em sua obra a ação do camponês dentro do movimento como um ato de conscientização e amadurecimento político orientado pelo partido. Já Paulo Cunha (2007) tem por objetivo resgatar a participação do Partido Comunista dentro do conflito de Trombas e Formoso.

Outro autor que faz uma análise diferenciada é Carlos Leandro da Silva Esteves, em sua obra “Nas trincheiras” (2007). Esteves realiza uma reflexão voltada para a compreensão das práticas de resistência empreendida pelos posseiros dentro do movimento, e sua abordagem tem por objetivo analisar a ação dos posseiros como uma estratégia organizada de resistência ampliada, ou seja, uma luta empreendida em diferentes espaços sociais. A narrativa de Esteves coincide com a narração de Abreu e Cunha sobre a origem do Conflito, segundo o autor foi a valorização das terras dos posseiros que despertou a cobiça dos fazendeiros da região, que viram na cobrança do arrendo uma forma de garantir uma segunda renda, daí o avanço dos grileiros e jagunços sobre as terras dos posseiros.

Esteves também aponta o começo do conflito a partir da ação da grilagem tendo a frente os grileiros Boanerges Veiga e Antonio Camapum auxiliados pelo juiz José Veiga Jardim, munidos de documento de concessão de sesmarias, datado de 1776, correspondendo à área de Formoso, Bonito e Santa Tereza, requereram a posse da propriedade que era ocupada pelos posseiros. Esse processo segundo autor, ficou conhecido como *Usucapião da fazenda da “Onça”*. A partir dessa data foram constantes as invertidas realizadas por jagunços sobre os posseiros o que provocou um ciclo de violência, obrigando estes camponeses a se organizarem para resistir às ameaças de expulsão por parte dos grileiros.

A oposição entre os relatos se aprofunda na análise dos motivos que levarão José Porfírio a procurar solucionar o conflito por vias legais, o que segundo Paulo Cunha divisa como um primeiro momento do conflito, Esteves analisa como uma ação conjugada dentro de uma estratégia de luta, tanto a tentativa de solucionar pela ordem jurídica, como a resistência armada é para o autor a consolidação da organização da prática ampliada de luta.

O autor, também questiona a ênfase dada pela maioria dos trabalhos acadêmicos aos primeiros anos de luta de Trombas e Formoso e que qualificam estes anos iniciais de luta como uma ação ingênua, ineficaz, fruto da falta de uma orientação capaz de mostrar o caminho a ser seguido. Esta afirmativa faz oposição à análise de Paulo Cunha, que aponta a entrada do Partido Comunista na luta, “como um salto qualitativo no processo de organização e resistência” (Cunha, 2007, p. 173)

Para Esteves (2007) longe de serem ações ingênuas a organização dos posseiros neste momento, trata de um “conjunto de ações que resulta da percepção de que há uma ameaça real da quebra dos *modos de vida* e das normas compartilhadas pelos posseiros que vão muito além das disputas por um pedaço de terra” (p.65) Essa visão minimizadora da ação inicial dos posseiros pelo partido Comunista, segundo Esteves (2007) decorre da formulação de juízo de valor que atribuí que um movimento só pode ser organizado por meio da ação partidária.

A análise do conflito através dessas obras confirma o argumento apresentado aqui de que a historiografia produzida sobre o movimento e elaborada através de perspectivas diferentes, podendo sua produção ser compreendida na sua grande maioria, em dois eixos de estudo, aqueles que analisam pela perspectiva do Partido Comunista e as que focam pela experiência do camponês. A produção escrita assim, se reproduz a partir dos interesses de classe a que está vinculado o pesquisador. Sendo esta determinada por sua consciência histórica, ou seja, impostas pela suas representações sociais e culturais.

CAPITULO II

A PRÁTICA HISTÓRICA E O CONHECIMENTO

A proposta desse capítulo é realizar um debate historiográfico sobre as obras de Janaina Amado “Eu Quero Ser uma Pessoa: A revolta Camponesa e Política no Brasil” (1993) e Paulo Ribeiro Cunha, ”Aconteceu Longe Demais” (2007), tendo como foco de análise a formação da consciência histórica na elaboração da prática escrita, ou seja, a produção historiográfica, o que na obra desses dois autores pode ser percebido pela representação que cada autor faz do conflito.

Quando se analisa o conflito de Trombas e Formoso é necessário ter-se em mente a complexidade do conflito, pois o episódio que deu origem ao processo de luta de Trombas e Formoso é mediado por diversas ações que se analisadas de formas separadas emprestam a luta diferentes perspectivas, mas que de forma alguma desconsidera ou nega o significado do movimento, pois cada uma dessas perspectivas funde-se no todo em torno do mesmo acontecimento histórico, ou seja, do conflito. Deve-se ainda levar em conta, a importância do conflito como espaço de luta organizada, e que a partir deste se configurou no cenário brasileiro um movimento social articulado em torno da luta camponesa

A análise da produção historiográfica sobre o conflito requer um aprofundamento sobre os múltiplos elementos internos que determinam a interpretação histórica, nosso olhar não se deve pender em uma só direção, devemos considerar o processo de pesquisa no todo, desde a escolha do objeto até a elaboração final da produção historiográfica.

Considerando essas reflexões, vamos utilizar como ponto de partida para nossa análise, os apontamentos de Edward P. Thompson em sua obra “A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros” (2009), onde Thompson analisa a formação do conhecimento histórico como resultado da experiência do ser social e sua consciência. Para o autor é a evidência ou fatos históricos, o elemento articulador para a formação desse conhecimento e

é através do diálogo entre ser social e a consciência histórica com estas fontes, é que resulta a produção historiográfica.

Neste sentido, Thompson (2009) realiza uma reflexão acerca das tensões existentes entre prática histórica, evidências e o conhecimento histórico. Segundo o autor, a “história é um conceito holista inadequado para cobrir uma seqüência de fatos isolados tal como se sucederam” (p. 51). Os fatos são tudo o que se pode conhecer da história, e essas evidências quando analisadas de forma isoladas tem pouco significado, figurando na sua grande maioria como registro de pouco valor histórico. E grande parte dessas fontes escritas é constituída de registros de atos legais, como transações comerciais acordos de propriedades, acordo de casamento ou registros de relações como correspondências de amor.

Essas evidências históricas são registros de fatos que em algum momento possuiu importância para os agentes históricos que a realizaram, e sua preservação tendo sido ou não intencional, não altera seu valor como fonte, aliás, a intencionalidade contida nestes documentos também constitui um importante objeto de estudo para o historiador, que buscará estabelecer as intenções de sua produção e os motivos de sua conservação, por meio da análise heurística, “o historiador lerá esse material e à luz das perguntas que propõe, poderá derivar dele evidências [...] evidências que os autores não tiveram a intenção de revelar” (Thompson, 2009, p.41). Dessa forma, a intencionalidade dessas fontes também pode ser estudada com objetividade pelo historiador.

Assim, segundo Thompson o registro de uma evidência histórica não implica na revelação de sua natureza epistemológica, cabe então ao historiador fazer suposições sobre o caráter dessa fonte.

A de que a evidência a qual está utilizando tem uma existência “real” (determinante), independente de sua existência nas formas de pensamento, que essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo (ou a compreensão aproximada dele) é o objeto do conhecimento histórico. Sem tal suposição, o historiador não pode agir: deve sentar-se a numa sala de espera à porta do departamento de filosofia por toda sua vida (THOMPSON, 2009, p. 43).

É somente a partir da interrogação do historiador é que esses fatos ganharão significação, pois segundo Thompson, os fatos históricos são uma forma primária de conhecimento e existem não para revelar seu sentido e sim para serem interrogadas e somente a partir dessa interrogação é que esses fatos poderão ser compreendidos.

Qualquer historiador sério sabe que os “fatos” são mentirosos, que encerram suas próprias cargas ideológicas, que perguntas abertas, inocentes podem ser uma máscara para atribuições exteriores, e que mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras – técnicas que nos forneceriam a “ história” já embalada e sem o contato da mente humana[...] podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas.(THOMPSON,2009, p.43)

Para o autor, a compreensão da natureza histórica dessas evidências, requer que o historiador realize um processo de investigação sobre as mesmas, observando os seguintes aspectos: Como estes fatos foram registrados? Com que finalidades? Podem ser confirmadas por evidências adjacentes? E assim, a partir da colocação destas questões, ele possa realizar suposições sobre seu caráter epistemológico.

Já quando os fatos analisados são fenômenos sociais ou culturais, na maioria das vezes, a investigação acrescenta “evidências portadoras de valor”, pois a própria escolha desses objetos, as interrogações a que são submetidas como a auto-avaliação, é direcionada pelo interesse da própria pesquisa que os tomaram como objeto de estudo. Assim como há “evidências isentas de valor”, que por serem composta de números e dados objetivos (como os índices de mortalidade, escalas de salários) supõem-se serem dados neutros, e que quando é interrogada à luz do interesse da pesquisa e por procedimentos próprios (por exemplo, estatísticos) revelarão um conhecimento sem intromissões ideológicas (THOMPSON, 2009).

Thompson (2009) ilustra dessa forma, várias maneiras de se interrogar a evidência em busca do conhecimento histórico, mas segundo o autor, esse conhecimento só se torna coerente quando inseridos numa estrutura narrativa, organizada numa sequência explicativa de relação entre os acontecimentos e suas causas. Através dessa narrativa o historiador irá inserir um determinado fato dentro de uma estrutura social, dando-lhe assim um significado, esta estrutura narrativa estabelecerá “elos numa série lateral de relações sociais/ideológicas/econômicas/políticas” (p.44)

De modo geral, o autor coloca que um fato histórico se analisado de forma isolada tem pouco significado, em contrapartida ele passa a revelar outro valor quando inserido dentro de uma estrutura social organizada. A partir dessa contextualização da evidência o historiador pode então formular as determinação desse sistema que regiam a organização estrutural a qual o fato esta vinculado, “portanto esse fato [...] e muito certamente uma

série de fatos da mesma ordem [...] traz consigo um “índice” em relação ao sistema” (p.45) servindo então de indicação ao pesquisador em relação as perguntas a serem formuladas.

O processo histórico é fruto dessa interrogação sobre os fenômenos e de como eles se relacionam entre si, qual a lógica desse desenvolvimento e a racionalidade de suas causas.

Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificação, que se tornarão objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um *processo histórico*” (THOMPSON, 2009, p. 59).

Em suma, o processo histórico é dotado de regularidade e racionalidade própria, e os fenômenos políticos, econômicos e culturais se relacionam e desenvolvem independente de regras, mas de forma “particular e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais [...] se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo” (THOMPSON, 2009, p. 72)

Portanto, a análise de Thompson (2009) deixa claro que o objeto do conhecimento é a “história real” e que esta só poderá ser compreendida a partir da interrogação do pesquisador, e “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência” (p. 58). Para Thompson a história real é um objeto unitário e mesmo que o historiador ao escrever sua história selecione essas evidências e elabore perguntas ele não inventa o processo histórico, pois “os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não modificar, em nenhum grau o status ontológico do passado” (p.59).

Tais considerações nos leva ao ponto central em torno da qual gira a reflexão aqui proposta, a da análise das diferentes interpretações elaboradas pelos historiadores ao produzirem o conhecimento histórico, Thompson aponta que aqui reside a questão crítica do processo da prática escrita, a tensão segundo ele se dá em relação às diferentes interpretações que os historiadores apresentam sobre o mesmo processo histórico.

Não é difícil ver como isso acontece. Os modos de escrever a história são tão diversos, as técnicas empregadas pelos historiadores são tão variadas, os temas da investigação histórica são tão díspares e, acima de tudo, as conclusões são tão controversas e tão veementemente contestadas dentro da profissão, que é difícil apresentar qualquer coerência disciplinar (THOMPSON, 2009, p. 55).

A crítica feita à história pelo meio acadêmico se situa em relação a aparente falta de coerência do pesquisador ao se fazer história, e que o conhecimento que resulta dessa pesquisa é limitado e inverídico, pois resulta das perguntas formuladas a evidência, portanto só é verdadeiro dentro do campo de pesquisa escolhido pelo historiador. Seria dessa forma, um conhecimento discursivo, sem correspondência com a realidade, sendo na verdade fruto de um discurso ideológico e teórico elaborado pelo pesquisador.

A partir dessas reflexões, Thompson (2009) estabelece uma discussão entre evidência, prática histórica e conhecimento contestando todas as críticas a produção do conhecimento histórico, estabelecendo, um caminho para compreensão do processo histórico e a produção escrita, colocando seu pensamento em defesa da legitimidade epistemológica da história.

A conclusão apontada pelo autor, é que a lógica histórica é um procedimento único, não podendo ser submetida a critérios de lógica analítica ou prova física. Para Thompson (2009), a aparente falta de lógica da narrativa histórica está relacionada a necessidade do historiador tem de empregar uma lógica diferente a cada análise dos fenômenos históricos. Segundo Thompson,

As razões para isso estão não na falta de lógica do historiador, mas em sua necessidade de um tipo diferente de lógica, adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam - mesmo num único momento - manifestações contraditórias, cujas evidências particulares só podem encontrar definição dentro de contextos particulares, e, ainda, cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) raramente são constantes e, com mais frequência, estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico: assim como o objeto de investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas (THOMPSON, 2009, p. 56).

Desta forma, Thompson conclui que o discurso histórico consiste desse diálogo entre pesquisador e o objeto de pesquisa, tendo como lógica histórica um campo teórico composto de interrogação e hipótese como forma de produzir um conhecimento histórico verdadeiro e integral.

2.1 - A experiência, o ser social e a consciência histórica

Um dos aspectos mais importante da produção escrita e que é objeto de reflexão constata, é a forma que se organiza a consciência histórica do pesquisador e como esta influi dentro prática escrita. Para entendermos esse processo vamos utilizar o conceito de experiência de Thompson (2009) para explicar o surgimento da consciência histórica do ser social. O conceito de experiência utilizado por Thompson difere do conceito trabalhado na filosofia, neste campo de estudo a experiência também é uma categoria do conhecimento, mas estando vinculado ao senso comum, e é definida como uma atitude sem reflexão que leva a um conhecimento sem crítica (Aranha & Martins, 1993).

Já no conceito trabalhado por Thompson (2009), a experiência pertence a uma fase anterior a formulação do pensamento e constitui matéria prima para elaboração, e organização do pensamento humano, ela surge quando homens e mulheres refletem o que acontece a eles e a seu mundo, e através desse processo de abstração produz no indivíduo elementos capaz de compreender, selecionar, processar e questionar levando-o a uma forma de conhecimento.

A experiência para o autor se processa em dois campos; no meio intelectual e no mundo real. No mundo acadêmico ela está presente dentro da própria prática de pesquisa, pois o historiador ao pesquisar sobre seu objeto formula hipóteses e propõem categorias, esse processo se apresenta como fatos mentais separados, por isso, muitas vezes nem é percebida pelo historiador, mas ela surge a medida que este formula novos problemas, propondo questões que até então não foram articuladas pelo meio acadêmico.

Já no mundo real, ela surge por meio do pensamento, através da reflexão de homens e mulheres sobre o mundo que o cerca e a partir do qual se cria representações, “não é possível conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social se reproduzir sem o pensamento” (Thompson, 2009.p.16). A experiência é o elemento formador do pensamento humano é determinante no desenvolvimento da consciência social dos indivíduos, é ela que “propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados” (p.16).

Essa relação entre experiência, ser social e consciência histórica pode ser mais bem compreendida quando analisada no mundo social, pois o contanto que o homem tem com o mundo é intermediado pela experiência, e é a partir dessa mediação que o ser humano cria a cultura, dando assim, início a um processo que ultrapassa a própria experiência, criando para si modelos de condutas e de valores que nortearão as relações sociais (Aranha & Martins, 1999)

Dessa forma, e a experiência de vida do mundo real que possibilita ao ser social a construção de uma estrutura de valores intelectuais e morais, a partir do qual ele cria sua própria representação de mundo. Pois é através do diálogo entre ser social e sua consciência, que o indivíduo cria uma rede de significados culturais que determina as diferentes formas de agir do ser humano tanto na vida material quanto mental. A experiência para Thompson “foi em ultima instância gerada na “vida material”, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o “ser social” determinou a “consciência social” (Thompson 2009, p. 234). Neste ponto Thompson estabelece uma junção entre cultura e experiência.

Para ele as pessoas não experimentam sua própria “experiência apenas como idéias, [...] Elas também experimentam a sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, e reciprocidade, como valores, obrigações familiares e de parentesco” (THOMPSON, 2009, p.234).

Isso significa que as várias formas de representações sociais, como as formas de “parentescos, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, [...] formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa [...] são na verdade determinações culturais que existe dentro de uma sociedade de classes, articulada a valores que condiciona a forma dos indivíduos verem o mundo.” (p.234)

Mas de que forma se desenvolve a consciência social dos indivíduos? A resposta segundo Thompson (2009) esta no mundo real, pois é na vida social que ele desenvolve suas potencialidades como individuo, elabora seus valores morais e culturais, e são esses valores que irão atuar sobre o ser social determinando sua consciência social.

É a partir dessa interação entre mundo real e consciência social, que se origina a consciência histórica, tornando possível a estas à percepção da mudança histórica, como também capaz de atribuir diferentes significados sobre a realidade. Assim, dessa forma a consciência histórica surge do próprio entendimento da racionalidade do processo

histórico. Trata-se segundo Thompson (2009) de um conhecimento objetivo, revelado pelo diálogo com as evidências, mas também pode ser uma “referência à “significação” desse passado, seu significado para nós; este é um juízo de valor subjetivo “(p. 60). O autor coloca que a questão da interpretação e no fim, uma atividade própria e importante, uma maneira pela qual os historiadores identificam seus valores e metas.

Isto é as preocupações de cada geração, sexo ou classe devem inevitavelmente, ter um conteúdo normativo, que encontrara expressão nas perguntas feitas as evidências. Mas isto não põe em questão, de modo algum, a determinação objetiva da evidencia. É simplesmente uma afirmação quanto à complexidade, não apenas da historia, mas de nós mesmos (que somos seres racionais e valorativos)- uma complexidade que influencia todas as formas de autoconhecimento social (Thompson, p.60)

Portanto, devemos ressaltar que o historiador ao produzir a história, tem liberdade de dar um significado a ela, desde que respeito o contexto histórico, e que ao reconstituir esse processo mostre como a realidade se desenvolveu daí sim, ele poderá colocar seu ponto de vista sobre ela.

2.2 A Historiografia sobre Trombas e Formoso: Janaina Amado e Paulo Cunha

A Discussão sobre o objeto da historiografia, não deve ser uma proposta apenas filosófica sobre a verdade histórica, deve ser antes de tudo uma reflexão que pense na contribuição que uma pesquisa historiográfica pode trazer ao campo do conhecimento, do avanço que isso possa representar para o entendimento do processo histórico. Neste sentido, essa ponderação deve levar em conta que esse conhecimento pode ser entendido em diferentes dimensões, pois o entendimento do historiador ao formular suas narrativas envolve diversos elementos que mesmo externos a pesquisa, determinam seu resultado.

Assim, a análise sobre a produção historiográfica constitui um importante campo de estudo sobre as determinações externas que existem sobre a produção escrita, através de sua observação é possível examinar os elementos dos quais os discursos não falam, segundo Michel de Certeau (2008), a produção escrita é a prática social de contar uma

história, tendo como critérios discursivos o lugar de produção social, coligada a intencionalidade do autor ao escrever essa história.

De acordo com D'certeau “Toda pesquisa se articula com um lugar de produção” (2008, p.66), dessa forma sua elaboração esta sujeita a determinações próprias, submetidas a imposições teóricas e metodológicas. Segundo este autor, a interpretação histórica se organiza em torno desse sistema de referências subjetivas do próprio historiador, seria a percepção deste que determinaria desde a reunião dos documentos até a prática da escrita. A narrativa seria assim, um discurso determinado pelo grupo social na qual o historiador esteja inserido.

Para D'certeau, o princípio da organização do discurso historiográfico se processa obedecendo a redes de correspondências silenciosas. Segundo o autor o que determina o discurso é sua vinculação institucional. É a partir do modelo de ideias institucionalizado por um grupo de pensadores é que se define a teoria de análise social utilizada pelo pesquisador, o discurso será ajustado a um regime de manifestação que tanto pode ser econômico, social ou científico. Será essa associação de ideias que direcionara a pesquisa, tornando-a circunscrita a um corpo de conjecturas e problemáticas postuladas por seu campo teórico. (D'certeau, 2008).

Partindo dessas observações, essa análise será direcionada tendo como referência teórica os apontamentos de Michel de Certeau, acerca do lugar de produção e intencionalidade do autor ao produzir sua obra.

A historiografia sobre Trombas e Formoso, constitui assim, um importante objeto de pesquisa para a análise de como um mesmo evento histórico pode ser retratado a partir de diferentes focos de análise, e de como essas diferenças ocorrem em função da posição teórica assumida pelo pesquisador.

Atualmente a produção escrita sobre o conflito é bastante numerosa, tanto de trabalhos acadêmicos como os publicados, e cada uma dessas produções aborda o conflito sob um determinado aspecto. Dentro da abordagem aqui proposta selecionamos as obras dos autores: Janaina Amado e Paulo Cunha, que apesar de ambos terem o conflito como tema, a análise elaborada sobre o mesmo por cada autor é diferenciada. Janaina Amado prioriza em seu trabalho aspectos da experiência da vida cotidiana dos indivíduos que participaram do conflito, já Paulo Cunha tem como eixo de análise a contribuição do Partido Comunista no desenvolvimento do Conflito.

Vejamos como se desenvolve a abordagem realizada por Janaina Amado.

O trabalho de Amado, “Eu Quero Ser uma Pessoa” foi publicado em 1993, para uma revista vinculada a Unicamp, especializada na publicação de artigos acadêmicos. O estudo da autora tem como proposta a análise das motivações da migração dos trabalhadores rurais que durante as décadas de 1940 e 1960 migraram para a região goiana e se envolveram no conflito que ficou conhecido como a Revolta de Trombas e Formoso.

O texto da autora tem como ponto de partida, o argumento que foi por meio da experiência histórica aliada a prática de vida que os camponeses conseguiram desenvolver sua consciência social, o que autora resume como “ser alguém” e “ser uma pessoa”. Foi esta consciência segundo Amado que os guiou tanto em suas escolhas políticas, como na construção de suas relações sociais.

A abordagem de Amado é voltada para aspectos do comportamento humano dentro das relações sociais, buscando analisar e explicar a natureza e as formas como esses indivíduos percebem e se relacionam com o mundo que os rodeia. Esse é o ponto de partida para a reflexão da autora que recupera a memória de vida desses indivíduos dentro do conflito através de entrevistas, a oralidade aqui, tem a função de dar voz aos camponeses colocando assim, sua visão sobre o conflito.

Na primeira parte do Trabalho a autora recorre ao testemunho oral para dar voz ao casal de trabalhadores rurais, Nego Carreiro e sua esposa Ita. O lavrador foi personagem central do episódio que deu início a fase armada do conflito, durante uma das investidas dos grileiros e da polícia sobre os posseiros, Nego Carreiro reagiu e matou a tiros um sargento da polícia. Por conta disso foi obrigado a fugir com a mulher e os filhos e nunca mais retornaram a localidade em que viviam.

O encontro entre Amado e o casal, se deu vinte e cinco anos depois dessa fuga, Ita e Nego Carreiro ainda viviam na região de Formoso, mas com outra identidade, sua história havia sido mantida em segredo até mesmo dos filhos, que não mais se lembravam da participação dos pais no conflito.

A autora relata a condição de extrema pobreza que o casal vivia. Por conta da fuga “ele não obtivera como os outros, um lote de terra, nem qualquer benefício socioeconômico, continuando a ser um homem muito pobre” (1993, p.49). Amado inquiriu em meio à entrevista a respeito de como Nego Carreiro avaliava o papel da experiência do

Formoso em sua vida. Afinal, ela só lhe havia trazido problemas? Ele se arrependia de ter matado o sargento? Guardava muitas magoas da época da revolta?

A resposta trouxe consigo a convicção de não haver nenhum sentimento de remorso sobre sua participação no conflito, como também da morte do sargento. O assassinato do policial tinha sido na verdade a resposta a uma situação de desrespeito contínuo; mas não reagir, sim, teria sido uma atitude que traria arrependimento.

Nesse ponto, a autora apresenta uma contextualização do conflito, localizando o processo de migração dos posseiros ainda na década de 1940, quando milhares de camponeses chegaram a Goiás. A grande maioria desses migrantes vinha de áreas rurais e sendo a grande parte deles analfabetos. A autora identifica em meio a esses grupos de migrantes aqueles que eram camponeses, antes da chegada a Formoso, utilizando como critérios para a identificação, somente aqueles que trabalhavam na terra e dela tirava seu sustento.

Ao relatar o início do confronto entre grileiros e posseiros em 1954, Amado (1993) aponta, mesmo que de passagem, a participação do Partido Comunista, e sua importância para a organização e reconhecimento do movimento em nível nacional. Foram quatro anos de guerra armada, “os posseiros foram obrigados a lutar e a providenciar seu sustento. Conseguiram não só se defender, como transformar o movimento numa questão nacional” (p.53)

Em 1958, os posseiros conseguiram enfim, firmar um acordo de paz com o governo do estado. O acordo concedia aos camponeses o direito de permanecerem na região, enquanto o novo governo dava início as negociações de compra dessas terras para poder vendê-las a um preço acessível para os posseiros.

A paz tão desejada parecia enfim ter chegado para os posseiros que juntos iam superando todos os obstáculos, e azealhando vitórias. Nesse mesmo ano, eles conseguiram os títulos de propriedade da terra, eleger José Porfírio a deputado estadual e municipalizar a região de Formoso. Segundo a autora, essa calmaria só foi rompida em 1964, quando estourou o golpe militar, as tropas do governo invadiram a região e prenderam grande parte dos posseiros. Avisado com antecedência da invasão José Porfírio conseguiu fugir para o estado do Maranhão, mas terminou sendo preso pela polícia.

Em 1971 ao ser solto em Brasília, desapareceu quando retornava a Goiânia e nunca mais foi visto. Seu nome consta da lista de desaparecidos políticos presos durante o regime militar.

A autora estrutura sua narrativa sobre as experiências dos camponeses em quatro campos de análise, “o antes” que se refere à fase anterior ao processo de migração, “o estar mudando” que seria o processo de transição de mudança, marcado pela decisão de vir para Formoso, “o depois” que representa o processo de transição, que é o período posterior a luta, “o depois do depois” relativo à experiência depois do golpe militar.

Em sua análise, a autora procura compreender a percepção que os camponeses tinham desse processo de mudança, utilizando-se de seus relatos, Amado (1993) reconstrói a visão do espaço vivido desses indivíduos. A memória do antes foi colocada como um momento de extremo sofrimento, as dificuldades de acesso a terra os obrigavam a se submeterem as condições impostas pelos fazendeiros, os colocando em uma situação de contínua exploração econômica.

Esse sentimento se explica pela própria organização social na qual eles viviam, a posse da terra para eles representava segurança contra todo tipo de opressão, assim ela simbolizava a oportunidade de uma melhor condição de vida. “A pobreza, o não - acesso a terra, a dependência em todos os níveis conduziam a completa negação social da pessoa, ao ninguém” (AMADO, p. 56).

Já o processo de migração, vinculado a fase do “estar mudando” é apontado por Amado como o resultado do processo de reflexão do camponês sobre a vida que levava, foi à insatisfação com as dificuldades impostas pela pobreza, que os levou a uma decisão consciente de mudança, era a esperança de por fim a dependência econômica melhorando de vida, o reconhecimento social como pessoa.

A fase do “o depois” se refere à percepção dos posseiros, sobre a mudança que ocorreu em suas vidas depois da migração para Formoso. O período de paz vivido depois do conflito estruturou uma nova organização social baseada na igualdade entre os indivíduos, uma oposição a realidade antes vivida. Uma das principais mudanças apontadas por Amado está relacionada ao processo de exploração a que os posseiros eram submetidos antes da migração, quando iam comercializar a produção de suas lavouras, sempre vendiam seus produtos a preços abaixo do fixado pelo mercado, e compravam a preços super taxados, essa era uma relação comercial baseada na desigualdade.

A falta de dinheiro os obrigava a comprar as mercadorias que necessitavam a crédito, a preços geralmente abusivos, em contrapartida entregavam seus produtos para saldar o débito a preços mais baixos, novamente sem dinheiro para repor o necessário renovavam a dívida, assim o sistema de exploração era sempre renovado.

Essa situação mudou com a criação da Associação dos Lavradores de Formoso, fundada em 1954, ela acabou com esse sistema de exploração comercial, criou um sistema de compras coletivo para os posseiros, pois as compras em grande quantidade saiam a preços melhores, fixou preços para a venda de seus produtos, e por fim, criou um fundo de reserva para ajudar os posseiros que estivessem em dificuldades.

Da mesma forma, essas mudanças também ocorreram às mulheres, seu papel social também foi redefinido. A autora relata que essas mulheres na fase anterior levavam uma vida reclusa, sendo que a muitas não era permitido comprar, nem vender nada. A luta criou condições em que elas foram obrigadas a tomar o controle da situação, coube a elas, plantar, colher, vender comprar, cuidar dos animais e a organizarem um sistema de apoio logístico aos homens que estavam em guerra.

A autora afirma que essa fase levou os posseiros a serem donos de seu próprio destino, isso só foi possível porque houve a incorporação de novos elementos ao projeto inicial de serem reconhecidos socialmente como pessoas. Segundo Amado (1993) “eles mantiveram-se camponeses, enquanto controlavam áreas de contato do sistema capitalista e reordenavam relações internas do grupo” (p.63), assim aos poucos eles conseguiram criar em Formoso, um estilo de vida próprio, coexistindo a forma tradicional de relações campesinas com a forma capitalista.

“O depois do depois”, a experiência depois do conflito. Poucos dias depois do golpe militar, as tropas do governo invadiram a região de Formoso, muitos camponeses foram presos e torturados. Este foi um período muito difícil, os anos que se seguiram foram marcados pela luta armada entre os membros dos partidos de esquerda, surgidos a partir do Partido Comunista Brasileiro e os militares, e aliados a essa luta estavam muitos dos camponeses de Formoso. (AMADO, 1993)

Segundo Amado (1993) a vida após o golpe militar tornou-se diferente, poucos permaneceram na terra depois da invasão das tropas do governo, e os que ficaram enfrentaram muitas dificuldades, pois já não podiam contar com o apoio oferecido pela associação dos Lavradores. Os que saíram tiveram os destinos mais variados, parte migrou

para a Amazônia, reiniciando o mesmo processo migratório de Formoso, outros voltaram para cidade.

Em síntese, a autora procurou mostrar o processo de aprendizagem de novas estratégias de sobrevivência forjado por meio da experiência de vida desses camponeses. O projeto inicial dos posseiros era a posse da terra como forma de promoção social. Mas aos poucos, "o torna-se uma pessoa" incorporou outros elementos que passaram a ter importância dentro de seu projeto de vida, dentre eles o reconhecimento de seus direitos de cidadão dentro da sociedade.

Para isso, eles assimilaram novos mecanismos de luta, o político. Por essa via conseguiram os títulos de posse da terra, tornaram-se eleitores e assim, elegeram José Porfírio a deputado estadual. Através do voto conseguiram transformar Formoso em município, como também reivindicaram serviços públicos; como escolas, hospitais e rodovias. Ser gente enfim, implicou num novo papel social, o de cidadão.

O artigo de Janaina Amado, e todo voltado para a reconstituição do movimento de Trombas e Formoso pela experiência de vida dos posseiros dentro do conflito, de como esse processo guiou a formação de uma consciência social, tornando-os capaz de criar mecanismos que alterassem sua posição social dentro da sociedade, fazendo assim, a transição entre não ser ninguém e ser uma pessoa.

Se no artigo de Janaina Amado, o partido comunista figura em um comentário feito de passagem, o mesmo não acontece no trabalho de Paulo Cunha (2007), em sua obra "Aconteceu longe demais" o autor desenvolve uma reflexão voltada para recuperar a atuação do Partido Comunista Brasileiro dentro do conflito de Trombas e Formoso. A análise de Cunha tem como objetivo contrapor a visão que resultou na minimização da participação do PCB nos acontecimentos que levaram a vitória camponesa.

Partindo dessa perspectiva, o autor coloca que os motivos da diminuição da participação do PCB no conflito se devem a uma estratégia de luta adotada pelo partido com o objetivo de mobilizar a opinião pública em favor dos posseiros e evitar a intervenção militar na região. Em decorrência dessa tática a figura de Porfírio foi colocada em evidência, passando o partido a figurar em segundo plano.

Essa estratégia segundo Cunha (2007) se configurou em razão de haver uma campanha difamatória sobre o conflito na mídia, que apontava os comunistas como responsáveis pela rebelião na região de Formoso, essa vinculação entre os comunistas e o

movimento de resistência poderia servir de justificativa para uma ação repressiva mais violenta por parte das forças do governo. Em vista desse fato, os membros do partido acharam por bem “visualizar e centralizar a resistência na figura carismática de José Porfírio” (p. 184), naquele momento, mesmo ele já pertencendo ao quadro do partido, seu envolvimento com a militância foi veementemente negada.

Em virtude dessa estratégia, Porfírio passou a ser reconhecido como o líder do conflito, ganhando destaque nacional, Cunha (2007) enfatiza a participação da mídia escrita na construção da imagem de líder de Porfírio, essas reportagens foram decisivas na formação de uma opinião pública favorável ao movimento.

O autor cita especialmente a reportagem da revista *O cruzeiro*, em que Porfírio é identificado como líder da resistência, e nega em entrevista que seja comunista. Segundo Cunha foi publicada fotos dos policiais fortemente armados, ao lado das fotos dos posseiros, “havia fotos de posseiros em trajes simples, descalços, com muitos filhos e até um posseiro tocando violão com o seguinte título “Bandoleiro? Comunista?”(e que a rigor era comunista) negando a reportagem qualquer vinculação da luta com o PCB” (p. 186).

A reflexão de Cunha (2007) é articulada procurando demonstrar o conflito como uma ação mediada pelo Partido Comunista, seguindo essa linha de interpretação o autor constrói uma narrativa crítica sobre a figura de José Porfírio. Cunha coloca a atuação de Porfírio na fase inicial da luta, quando procurou resolver os problemas com os grileiros através de meios legais, como falta de visão política.

Essa argumentação do autor é construída no decorrer de toda sua obra. Segundo Cunha, o movimento só ganhou uma estratégia de luta a partir da segunda fase do conflito com a entrada da militância comunista, passando então a ser estruturada pelos agentes de mediação do partido. Este fato segundo o autor se deve a incapacidade dos camponeses na compreensão de um movimento político mais amplo, o que inviabilizava a adoção de uma resistência de luta em outro âmbito.

Dessa forma Cunha (2007) retrata Porfírio como um camponês inteligente corajoso, comunicativo, mas totalmente desprovido de um entendimento político, daí sua incapacidade de organizar um processo de luta ampliado contra os grileiros. A tomada dessa consciência pelos posseiros segundo autor se realizou mediante a ação do Núcleo Hegemônico do Partido Comunista, com a criação da associação de lavradores, tendo como finalidade organizar a participação dos posseiros na luta.

Assim, segundo a afirmação de Cunha (2007) a liderança de Porfírio dentro do conflito se fez mediante a influência do partido, a partir de seu ingresso na militância, pois “o processo de inserção partidária como militante comunista ocorreu durante o processo de luta” (p. 241) e teria sido segundo o autor, inconclusiva. Essa afirmativa de Cunha pode ser melhor compreendida dentro da análise que ele realiza sobre a atuação parlamentar de Porfírio.

Cunha (2007) descreve Porfírio como um indivíduo “indisciplinado e individualista nas tarefas e compromissos políticos partidários, tendo em alguns momentos atitudes impensadas que chegavam à beira da completa irresponsabilidade” (p.242). A reflexão do autor é feita sobre a aparente discordância que havia entre o partido e Porfírio, essas divergências segundo Cunha na verdade se deviam ao individualismo de Porfírio e da sua incapacidade de formar uma consciência política.

Dessa forma, Cunha considera que o conflito foi uma ação dirigida pelo Partido Comunista, e o êxito alcançado pelo movimento foi o resultado de uma ação articulada pelo PCB tanto em nível local quanto nacional, pois ao contrário do que sugere a análise desenvolvida em outros trabalhos acadêmicos, o campesinato teve uma participação secundária dentro do conflito.

A reflexão sobre a narrativa do conflito realizada nos dois trabalhos nos possibilita antes de tudo na compreensão do processo histórico, mas colocam em evidência as circunstâncias em que foram elaboradas. Neste sentido, tanto o artigo de Janaina Amado quanto o de texto de Paulo Cunha são frutos da percepção da consciência histórica dos dois autores.

Portanto, são produtos de uma forma organizada de pensamento construído através da experiência social, ou seja, um discurso coerente com um lugar social e de um ponto de vista são assim, frutos de valores pessoais e culturais.

Essa experiência pode ser percebida no artigo de Janaina Amado através de seu posicionamento teórico. A autora desenvolve seu texto dentro do campo da história social, adotando uma abordagem voltada para o estudo da cultura e dos fenômenos coletivos. Este campo de estudo tem como foco recuperar a dinâmica dos grupos sociais e o papel da ação humana na história, considerando o tempo da mudança histórica.

A história social surgiu dentro do movimento dos *Annales* na década de 1930, em oposição à história tradicional, como uma prática historiográfica que priorizava o estudo

dos grupos sociais e da dinâmica social. Neste sentido, houve um alargamento do campo de pesquisa, que passou a focalizar o problema da ação humana dentro do estudo das migrações, da mobilidade social, das greves, e do protesto popular. (Castro, 1997)

Mas o ponto de partida para o desenvolvimento desse campo de estudo, segundo Castro (1997) foi à crise estrutural que se instalou dentro do campo acadêmico na década de 1970, "ligada a uma avassaladora consciência de que os comportamentos e realidades sociais definitivamente não se conformavam a ficar confinados a modelos preestabelecidos" (p. 50). O resultado dessa crise foi o surgimento de uma nova forma de questionar essa realidade, numa tentativa de responder as indagações sobre a verdade histórica.

Segundo Castro (1997), a partir desse fato, a história social passou a abordar a questão da experiência e da cultura na análise da ação social, concentrando-se na experiência de pessoas comuns e suas reações a estas experiências. Desta forma uma nova percepção sobre o estudo da realidade social foi incorporada a escrita historiográfica. O trabalho de Janaina Amado se define, portanto, dentro dessa nova prática.

Assim, a pesquisa de Amado foi direcionada por sua perspectiva teórica, tendo como determinações para o direcionamento do trabalho alguns pontos fundamentais; a escolha dos posseiros como objeto de pesquisa, a problematização sobre o porquê do processo de migração, e o uso da oralidade como técnica.

A análise de Amado sobre a experiência dos posseiros, como também o estudo do por que do processo de migração para Goiás, têm como objetivo recuperar os elementos que integram o cotidiano de vida e de trabalho desses indivíduos, desta forma possibilitando a compreensão da cultura compartilhada por este grupo, assim, como a análise das transformações ocorrida pelo processo de migração, se justifica como um interesse direcionado pela pesquisa social, para a compreensão da formação da consciência social desses camponeses. (PENSAVENTO, 2003)

Por fim, consideremos o uso da entrevista como forma de dar voz as pessoas comuns. A oralidade foi utilizada pela autora num esforço de recuperar a experiência e o ponto de vista daqueles que permanecem invisíveis na história tradicional, oferecendo assim, um ângulo diferente na forma de conceber as perguntas e resposta do processo histórico (THOMSON, e outros, 1996).

O texto de Amado sobre o conflito de Trombas e Formoso se insere dentro do espaço de pesquisa da história social, sendo sua narrativa regida por este campo teórico, e a prática escrita elaborada a partir dos elementos constituídos dentro dessa vinculação social. Com efeito, a interpretação sobre o conflito, toma forma a partir da estrutura de valores organizados pela experiência vivenciada pela autora.

Postura semelhante também pode ser encontrada no trabalho de Paulo Cunha, o texto do autor chama a atenção para o aspecto político de sua obra. Em seu texto Cunha desenvolve uma abordagem direcionada para a ação política do partido na criação de condições favoráveis para eclosão do processo revolucionário. A formação dessa percepção por Cunha pode ser atribuída a sua militância dentro do partido comunista.

Assim, a formação intelectual de Cunha relaciona-se ao pensamento marxista leninista, e é sobre essa concepção teórica que ele elabora sua narrativa. O autor apresenta o partido como mediador na construção da consciência revolucionária dos posseiros e no processo de organização política.

A teoria leninista se define dentro de um conjunto de ideias políticas e filosóficas desenvolvidas pelo líder do partido bolchevique, Vladimir Ilich Lenin, tendo como referência o pensamento marxista. Essa corrente filosófica estuda a raiz da desigualdade social, visando identificar os fatores de contradição dentro da sociedade procurando desta forma, formular uma ação de transformação da realidade social. (A VERDADE, Jornal online)

Dentro dessa perspectiva, o leninismo aponta que a raiz da desigualdade se encontra na luta de classes existentes dentro da sociedade capitalista, e caberia ao proletariado a missão para superação da contradição entre as classes. Ainda segundo essa concepção política a superação dessa desigualdade se daria pelo processo revolucionário, e que este somente poderia ser realizado mediante o intermédio do partido. (FEDOSOEYEV, 1948).

Segundo Fedosoeyev (1948) somente através do partido o proletariado poderia alcançar uma consciência política, assimilando assim estratégias de luta organizadas. A face mais visível dessa influência no pensamento de Cunha, esta na forma como o autor menospreza a ação dos posseiros na fase anterior a chegada do partido comunista, classificando-as como uma ação resistência desorganizada.

Portanto, o texto de Cunha se constituiu a partir das relações vivenciadas dentro do partido comunista, e sua análise sobre o papel dos posseiros no conflito se configura dentro dessa visão política partidária.

Neste sentido tanto o trabalho de Janaina Amado quanto o de Paulo Cunha são frutos da percepção sobre a realidade a que estão inseridos. A análise do discurso produzida por esses dois autores revela que a divergência de tratamento realizada por ambos, é fruto de diferentes concepções do processo histórico, e é a partir dessa compreensão que surge o conhecimento sobre o mundo real, a realidade deixa de ser vista como uma totalidade e passa a ser pensada a partir de um campo teórico organizado pela experiência social do autor.

A reflexão sobre o conflito possibilita a apreensão de diferentes campos interpretativos, cada um delimitando um aspecto da realidade histórica como tema de investigação, mas o ponto fundamental é que essa multiplicidade de interpretação não altera a realidade histórica. Segundo Veyne “a escolha de um assunto de historia é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos a ligação são o que são e nada poderá mudá-los” (1978, p.27).

Podemos assim, concluir que o conhecimento derivado da pesquisa histórica é o resultado do olhar do historiador sobre seu mundo social, seria assim, um discurso constituído a partir de um campo teórico organizado e pela interpretação produzida pelo pesquisador sobre seu objeto de pesquisa. Todavia, isso não significa que o conhecimento histórico seja inválido ou limitado, pois não existe um campo de estudo dominante e todos os campos de análises são válidos, é, portanto um conhecimento parcial de um determinado fenômeno histórico, mas sem, contudo alterar a realidade em que este fenômeno esta inserido. (VEYNE, 1978).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi realizada uma reflexão acerca da percepção e da intencionalidade com que os historiadores organizam o discurso histórico. Dessa forma, essa análise teve como objetivo examinar os elementos que norteiam a organização da produção historiográfica relacionando a perspectiva teórica e o meio de produção em que está inserido o historiador.

Tratou-se mais especificamente de uma tentativa de estabelecer um sistema explicativo sobre os elementos que influenciam a prática escrita, buscando entender os critérios utilizados pelo historiador ao produzir o conhecimento histórico. Sendo assim, a questão da produção do conhecimento histórico foi considerada a partir da análise da formação da consciência histórica do historiador.

Foi essa análise que possibilitou a compreensão do processo de produção da prática escrita realizado pelo historiador. Neste sentido, ficou evidente que o elemento articulador entre consciência histórica, lugar de produção da escrita e prática historiográfica é a consciência social de quem realiza a pesquisa, pois é a partir dessa percepção histórica e social que o historiador constrói sua narrativa histórica.

Assim, foi possível verificar que os critérios utilizados pelo historiador ao construir sua narrativa é delimitado por sua consciência histórica e pelo meio social em que está inserido, pois é a partir da organização desses elementos que o historiador cria sua estrutura de valores intelectuais e teóricos definindo seu modelo de análise sobre o processo histórico.

Enfim, ao colocar novas questões sobre a realidade histórica, o historiador produziu uma nova concepção de fazer história. A realidade passou então a ser interrogada em todos os sentidos, a partir de uma análise explicativa ajustada a realidade social em que o historiador está inserido.

Isso representou na verdade, um alargamento na forma de se pensar o processo histórico, dando ao historiador novas possibilidades de enxergar a realidade. Dessa forma, ao admitirmos que um mesmo acontecimento possa ser analisado a partir de diferentes perspectivas, nos possibilita entender a história como um campo de experiências humanas e como tal passível de diversos sentidos e significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sebastião. *De Zé Porfírio ao MST. (A Luta pela Terra em Goiás)* Brasília; André Quicé Editor, 2002

AMADO, Janaina. *Eu quero ser uma pessoa; Revolta Camponesa e Política no Brasil.* in. _____ Revista de Cultura do Resgate. Centro de Memória - Unicamp, Campinas, 1993, n.5

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, & MARTINS, Maria Helena. *Filosofando: introdução à filosofia.* 2 ed. Ver.atual- São Paulo: Moderna, 1993.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930- 1960.* Goiânia: Ed. UFG, 2000.

CASTRO, Hebe. *A história Social.* In _____ Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia/ org. Ciro Flamarion, Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A operação Historiográfica* in _____. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense 1982.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade / 2 ed. 1 reimpressão – Goiânia.* Ed. da UFG, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950-1964).* São Paulo: Editora UNESP, 2007.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Nas Trincheiras: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948-1964) uma resistência ampliada (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007)*

MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – A luta dos posseiros de Trombas e Formoso 1950/1960.* Goiânia – GO, 2008. (Tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás)

MARTINS, Estevão Rezende. *Historicismo; Tese, Legado, Fragilidade* in _____ História Revista: revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias / Universidade Federal de Goiás – Goiânia: Editora do Mestrado em História, v. 7, n. 1 / 2, jan/dez 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. & MULLER, Ricardo Gaspar. *História e experiência; Contribuições de E. P. Thompson à Pesquisa em educação. Perspectiva.*

Florianópolis, v. 21, ano 02, julho/dez de 2003, acesso 15/05/2010.
<<http://www.amped.org.br>

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Martins Fontes, 1985.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte de. *A Construção de Brasília; Modernidade e periferia/Goiânia*. Ed. da UFG. 1987.

SILVA, Sandro Dutra e. *A Experiência Urbana de Ceres: Representações Simbólicas Do Planejamento e da Ocupação Social do Espaço*. in _____ Revista UFG / junho2009 / Ano XI, n. 6.

SOBRINHO, José Fernandes. *Vivências do Agreste*. Editora bandeirante Ltda. Goiânia – GO, 1997.

THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael, HAMILTON, Paula. *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais a in: _____ Usos & abusos da história oral*. Org. Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

THOMPSON, Edward, P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Copyleft, 2009.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Editora UNB. Brasília – DF. 3 edição. 1978.

FEDOSOYEYEV. F.(1948) A teoria Marxista das classes e da luta de classes. Disponível em http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/teoria.htm. Acesso em 28 dezembro às 22:00 hs.

A VERDADE. *Teoria Marxista; O que é o marxismo-leninismo?* Jornal eletrônico, 2009. Disponível em: <http://www.averdade.org.br/modules/news/article.php?storyid=204>. Acesso em 28 de dezembro às 22h00 hs.